

Foi eleito presidente da Assembleia de Freguesia de Santo Ildefonso, no Porto, tendo exercido a função desde 1991 até 1999.

Em 1993, foi eleito em Madrid presidente da Comissão Instaladora da Confederação Ibero-Americana de Ateneus.

É membro honorário da Sociedade Portuguesa de Viticultura e Enologia.

É membro da LASVIN — Liga dos Amigos da Saúde e do Vinho.

Membro fundador da Confraria dos Enófilos e Gastrónomos de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Membro da Confraria dos Enófilos do Douro.

Sócio fundador da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro no Porto.

Membro fundador da Associação dos Amigos do Museu do Douro.

Membro fundador da Associação Douro Património Mundial.

Actual presidente da Federação das Confrarias Báquicas de Portugal.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Aviso n.º 25616/2008

Na sequência do concurso aberto pelo aviso n.º 10423/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de Abril e considerando a lista de classificação dos candidatos nesse concurso, constante do Aviso n.º 22481/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 26 de Agosto, homologada em 14 de Agosto pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e não alterada na fase de resposta às reclamações, bem como o número de vagas actualmente existentes, são promovidos à categoria de conselheiro de embaixada, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, os seguintes funcionários com a categoria de secretário de embaixada constantes da lista conjunta:

- 1 — António José de Carvalho Barroso.
 - 2 — Cristina Maria Cerqueira Pucarinho.
 - 3 — João Miguel Abrantes Tavares Neves da Costa.
 - 4 — Pedro Manuel Carqueijeiro Lourtie.
 - 5 — Indira Rodrigues Noronha.
 - 6 — Carlos António Rico da Costa Neves.
 - 7 — Maria Madalena Lobo Carvalho Fischer.
 - 8 — António Pedro da Vinha Rodrigues da Silva.
 - 9 — Ana Paula de Almeida Ferreira Moreira da Silva e Abreu de Almeida.
 - 10 — Maria Cristina Xavier Castanheira.
 - 11 — Rita Maria Figueiras Henriques Laranjinha Patrício Vieira.
 - 12 — Sara Feronha Martins.
 - 13 — Maria Virgínia Mendes da Silva Pina.
 - 14 — Gilberto Jorge de Sousa Jerónimo.
 - 15 — Paulo Jorge Lopes Lourenço.
 - 16 — Maria Jorge Lobo da Guerra Pires.
 - 17 — Jorge António Meave Zileri Teixeira de Sampayo.
 - 18 — Luisa Maria Machado da Palma Fragoso.
 - 19 — Nuno Vaultier Mathias.
 - 20 — Vanda Maria Dias Stelzer Sequeira.
 - 21 — Mário Pedro de Sousa Cameira Abreu de Almeida.
- 17 de Outubro de 2008. — O Secretário-Geral, *Vasco Valente*.

Departamento Geral de Administração

Aviso n.º 25617/2008

Concurso interno de acesso misto na categoria de técnico superior principal do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros

1 — Nos termos do n.º 1 artigo. 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11-07, faz-se público que, por despacho de 14 de Outubro de 2008 do Secretário-Geral do MNE, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação no D.R. do presente aviso, concurso interno de acesso misto, nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98 de 1 de Julho, com vista ao preenchimento de 41 lugares na categoria de técnico superior principal do quadro I de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo fixadas as seguintes quotas:

Quota interna — 40 lugares destinados a funcionários pertencentes ao Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Quota externa: um lugar destinado a funcionários licenciados em Direito de outros organismos da Administração Pública.

Foi dado cumprimento ao estabelecido nos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, tendo sido aberto procedimento de selecção para reinício de funções de pessoal em situação de mobilidade especial, tendo adquirido no sistema SIGAME o código de oferta P20084155.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para os lugares anunciados, caducando com o seu preenchimento.

3 — Área funcional — Compete genericamente ao técnico superior principal, funções de investigação, estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos, de âmbito geral ou especializado, executadas com autonomia e responsabilidade, tendo em vista informar a decisão superior, no âmbito das atribuições e competências do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

4 — Local de trabalho, vencimento, condições de trabalho e regalias sociais — o local de trabalho situa-se no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, sendo o vencimento o correspondente ao escalão e índice aplicáveis à respectiva categoria e as regalias sociais genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

5 — Requisitos de admissão:

a) Requisitos gerais — Satisfaçam as condições previstas no artigo 29.º do Dec-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Requisitos especiais — os definidos na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

No caso da quota externa, serão considerados os elementos registados no sistema SIGAME, isto é:

Área funcional — Acompanhamento de processos de contencioso e pré-contencioso comunitário e transposição de directivas;

Área habilitacional — Licenciatura em Direito;

Conteúdo funcional — Acompanhamento de processos de contencioso e pré-contencioso comunitário nos domínios dos mercados públicos, auxílios de estado, concorrência, transportes, telecomunicações, assuntos EFTA, propriedade intelectual, audiovisual, jogos, energia e fiscalidade, envolvendo a coordenação interministerial, elaboração de projectos de respostas à Comissão e de peças processuais a apresentar no Tribunal de Justiça.

6 — Nos termos dos artigos 19.º e 22.º do Dec-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, o método de selecção a utilizar é a avaliação curricular.

6.1 — A avaliação curricular, visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos nas áreas funcionais para as quais o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional.

6.2 — Sistema de classificação — os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos quando solicitadas.

6.3 — Os resultados obtidos na aplicação do método de selecção descrito, serão classificados na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

6.4 — A relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas, para consulta, no local de estilo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sito no Palácio das Necessidades, em Lisboa.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, nos termos da Lei, dirigido ao Director do Departamento Geral de Administração do Ministério dos Negócios Estrangeiros, dele constando os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, naturalidade, número e data do B.I. e serviço de identificação que o emitiu, residência e código postal)

b) Identificação do concurso a que se candidata;

c) Habilitação académica;

d) Categoria que o candidato possui, serviço a que pertence e tempo de serviço efectivo na categoria, na carreira e na função pública;

e) Avaliação do desempenho dos anos relevantes;

f) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito.

7.2 — Documentos a juntar ao requerimento de candidatura:

a) Currículo profissional detalhado e actualizado do qual devem constar, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exercem, bem como as que exerceram, com indicação dos respectivos períodos de permanência e actividades relevantes, assim como a formação profissional detida, com indicação das acções de formação finalizadas e respectiva duração;

b) Habilitações literárias — juntar documento comprovativo das habilitações literárias;

c) Habilitações profissionais — juntar documentos comprovativos da formação profissional;

d) Declaração, actualizada, devidamente autenticada, emitida pelo organismo a que o candidato está vinculado, da qual conste inequivocamente, a natureza do vínculo, categoria detida e antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como a avaliação do desempenho relativa aos anos relevantes para efeitos de promoção, na sua expressão qualitativa e quantitativa;

e) Declaração, devidamente autenticada emitida pelo serviço onde exerce funções, especificando detalhadamente as efectivas funções, tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho que o candidato ocupa;

f) Declaração do candidato, sob compromisso de honra, de que satisfaz os requisitos gerais constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8 — Os requerimentos de admissão ao concurso e documentação anexa deverão ser entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio, com aviso de recepção, dentro do prazo fixado no n.º 1 do presente aviso, ao Serviço do Expediente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Largo do Rilvas, 1399-030 Lisboa.

9 — Nos termos do disposto no despacho conjunto n.º 273/2000, publicado no DR n.º 77, 2.ª série, de 31 de Março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: “Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação.”

10 — O Júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Carla Grijó, Directora de Serviços DRH.

1.º Vogal efectivo: Luís Inês Fernandes, Director de serviços JUR da DGAE.

2.º Vogal efectivo: Luísa Curvelo Pacheco, Assessora Principal.

1.º Vogal suplente: Filipa de Andrade, Chefe de divisão de Pré-Contencioso Comunitário da DGAE.

2.º Vogal Suplente: Benedita Tinoca, Assessora Principal.

16 de Outubro de 2008. — O Director, *Francisco Guerra Tavares*.

Despacho (extracto) n.º 27103/2008

Conceição de Fátima Carinhas Cerqueira — Assistente Administrativa Especialista do Quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal administrativo, colocada na Embaixada de Portugal em Adís Abeba — despacho do Secretário-Geral transferindo-a para os serviços internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros com efeitos a 04 de Setembro de 2008

26 de Setembro de 2008. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Despacho (extracto) n.º 27104/2008

Pedro Jorge Direito Monteiro — Primeiro Secretário de Embaixada do Quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal diplomático, a exercer o cargo Chefe de Divisão do Terrorismo, Droga, Criminalidade e Corrupção da Direcção de Serviços das Organizações Internacionais da Direcção-Geral de Política Externa.

Despacho Ministerial de 25 de Setembro de 2008, exonerando-o do referido cargo, com efeitos à data em que assumir as funções de Cônsul-Geral Adjunto de Portugal em Paris.

1 de Outubro de 2008. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Despacho n.º 27105/2008

Ilda Cristina Fernandes de Sousa Ferreira, Técnica Superior de 1.ª Classe do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal técnico superior.

Despacho Ministerial de 07 de Agosto de 2008, autorizando a renovação da licença especial, pelo período de mais dois anos, a partir de 16 de Agosto de 2008, para o exercício de funções de jurista no Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional do Governo da Região Administrativa Especial de Macau.

2 de Outubro de 2008. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Despacho (extracto) n.º 27106/2008

José Lopes Simões — assistente administrativo especialista do Quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal administrativo, a prestar serviço na Embaixada de Portugal em S. Tomé.

Despacho do Secretário-Geral de 24 de Julho de 2008, determinando a cessação das referidas funções decorrente da sua passagem à aposentação

e o seu regresso aos serviços internos deste Ministério, com efeitos a partir de 31 de Julho de 2008.

2 de Outubro de 2008. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Despacho (extracto) n.º 27107/2008

Maria Paula Magalhães Vaz — Assistente Administrativa Principal do Quadro Único de Vinculação — pessoal do serviço externo, a prestar serviço no Consulado-Geral de Portugal em Salvador da Baía — despacho Ministerial de 20 de Agosto de 2008, determinando nos termos dos artigos 11.º, n.º 1, alínea f), 13.º, n.º 11, 26.º, n.º 1 e 3, e 28.º todos do Estatuto Disciplinar, a aplicação da pena disciplinar de demissão.

2 de Outubro de 2008. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Despacho (extracto) n.º 27108/2008

Delia Maria Mesquita Spranger da Cruz Teixeira — Técnica Especialista do Quadro Único de Vinculação do Pessoal dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros — despacho do Secretário-Geral de 27 de Agosto de 2008, autorizando a concessão de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2008.

2 de Outubro de 2008. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Despacho (extracto) n.º 27109/2008

Jorge Álvaro Castelbranco Soares — Técnico Superior Principal do Quadro da Direcção-Geral das Actividades Económicas do Ministério da Economia e da Inovação — despacho do Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 7 de Agosto e do Secretário-Geral do Ministério da Economia e da Inovação de 01 de Setembro de 2008, autorizando a transferência para o quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com efeitos a 1 de Setembro de 2008, após ter sido dado cumprimento às formalidades nos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

2 de Outubro de 2008. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Despacho (extracto) n.º 27110/2008

Pedro Jorge Direito Monteiro — Primeiro Secretário de Embaixada do Quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal diplomático.

Despacho do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas de 24 de Setembro de 2008, nomeando-o Cônsul-Geral Adjunto de Portugal em Paris.

3 de Outubro de 2008. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Rectificação n.º 2329/2008

Para os devidos efeitos se rectifica o Despacho (extracto) n.º 20 122/2008, inserido no *Diário da República* 2.ª Série, n.º 146 de 30 de Julho de 2008, a página 34 123, coluna 1.ª, pelo que onde se lê:

«Maria do Rosário Sherman Macedo Vargas Moniz Rato, — Despacho do Secretário-Geral de 02 de Junho de 2008, provendo-a na categoria de Assessora, com efeitos a 31 de Março de 2008, continuando a exercer o referido cargo»

deve ler-se:

«Maria do Rosário Sherman Macedo Vargas Moniz Moreira Rato — Despacho do Secretário-Geral de 02 de Junho de 2008, provendo-a na categoria de Assessora, com efeitos a 31 de Março de 2008»

2 de Outubro de 2008. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA DEFESA NACIONAL

Portaria n.º 848/2008

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do general Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 1.º, n.º 3, alínea a), 2.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de